

DA IMAGINAÇÃO E DO RIGOR

José d'Encarnação¹

Diz o Povo: «Não há fumo sem fogo».

Quando Jorge de Alarcão redigiu a sua primeira síntese sobre a ocupação romana no território actualmente português, observou a propósito da obra de Mário Saa: «a ler com muita cautela» (1974, 214). Hoje, continuar-se-á a ler M. Saa com cautela, mormente devido às suas identificações fantasiosas das cidades antigas com as actuais (no que, aliás, seguia muito do que vinha da tradição anterior); no entanto, há dados concretos que o investigador deixou esparsos pelos seis volumes da sua obra a merecerem atenção. Foi assim, por exemplo, que tive ensejo de verificar a existência, na sua colecção, dos monumentos epigráficos de que falara (1995) e Fernanda Lapa estudou (1987) uma placa dada como procedente do concelho de Pombal, que, à partida, pela originalidade da onomástica nela presente, poderíamos ter incluído no rol dos monumentos inventados – e não o era.

De André de Resende († 1573) se sabe que inventou muitas inscrições para enaltecer Évora e a valentia dos Lusitanos, antecessores dos Portugueses, usando dos mais interessantes estratagemas (cf. ENCARNAÇÃO 1998, 29-56). Nem tudo, porém, o que ele aduz é falso e, hoje, o humanista é encarado também como importante fonte histórica, inclusive do ponto de vista de história das mentalidades (cf. FERNANDES 1996).

Desde sempre Frei Bernardo de Brito (1569-1617) foi tido na conta de visionário. A sua *Monarquia Lusitana* insere-se numa historiografia alcobacense que visa demonstrar quanto Portugal perdeu por estar unido a Castela, a lenda do milagre de Ourique e as célebres actas das Cortes de Lamego são os episódios mais celebrados desse forjar de acontecimentos a talante do que se pretende demonstrar. E Frei Bernardo bebe muito sobre a Antiguidade Clássica em André de Resende, ultrapassando-o mesmo na «invenção» de provas abonatórias. E se a primeira parte da sua obra contém «as histórias de Portugal desde a criação do mundo até ao nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo», onde, por conseguinte, tudo será deveras fantasioso e imaginado, há, porém, de permeio alguns apontamentos locais, minuciosamente descritos a que, se calhar, importaria doravante dar uma atenção maior.

Já tive ensejo por duas vezes (1969 e 1987) de me referir às obras que, entre nós, nos começos do século XVII, visaram engrandecer a cidade de Lisboa e o seu território, com a finalidade bem explícita de a ela

⁽¹⁾ Universidade de Coimbra.

chamar a Corte espanhola – concretamente, os livros de Luís Mendes de Vasconcelos e de Frei Nicolau de Oliveira. Que não nos importaria, parece, quedarmo-nos sob o domínio espanhol; interessaria era que a Corte viesse para cá, que Lisboa detinha mui excelentes condições para ser cabeça de todas as Espanhas, a fim de sermos, cada vez mais, os reinos de Portugal e de Espanha, detendo Portugal a primazia. Os encômios a Lisboa, ao Tejo, a Oeiras, a Sintra e a Cascais assumem, então, importância maior e, por conseguinte, desse ponto de vista algo há a ‘descontar’ nessas descrições.

E a longa história destas paragens, palco de antiquíssimas peripécias, visita obrigatória de heróis, dos próprios deuses do Olimpo... foi, evidentemente, posta em grande realce, não estivéssemos nós ainda na crista da onda que os humanistas haviam levantado.

Vêm estas considerações a propósito de a amabilidade do Prof. João Luís Cardoso me ter feito chegar às mãos cópia da edição de 1753, feita em Lisboa, na oficina de Manuel Soares, «com todas as licenças necessárias e privilégio real», da obra *Fundação, Antiguidades e Grandezas da Mui Insigne Cidade de Lisboa e Seus Varões Ilustres em Santidade, Armas e Letras. Catálogo de Seus Prelados e Mais Cousas Eclesiásticas e Políticas até o Ano 1147, em que foi ganhada aos Mouros por El-Rei D. Afonso Henriques*. Oferecida «à fidelíssima e augustíssima majestade d’el-rei D. José I, Nosso Senhor, por seu mínimo vassalo, Manuel Antônio Monteiro de Campos, e à sua custa impressa, escrita «pelo capitão Luís Marinho de Azevedo, natural da mesma cidade».

Pedia-me João Luís Cardoso que tecesse algumas considerações sobre o livro num artigo destinado aos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, que tão proficientemente dirige. Aceitei o desafio, mormente porque a referência a textos epigráficos era frequente e porque sabia ter sido este um dos livros consultados por Emílio Hübner, quando se propusera levar a cabo a edição do volume II do *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Não esperava, porém, que o manancial fosse tão vasto; limitar-me-ei, pois, a algumas observações gerais; exemplificarei o valor histórico da obra com um comentário mais concreto acerca dos capítulos IV e V da II parte, ou seja, do livro III, impressa também em 1753, na oficina de Domingos Rodrigues.

LUÍS MARINHO DE AZEVEDO

Não vem referido Luís Marinho de Azevedo, que eu me tenha apercebido, no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão; não mereceu «entrada» na Enciclopédia Verbo. No volume 3 (p. 924) da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, dele se referem as qualidades como capitão durante a Guerra da Restauração; conta-se que fez relatos das batalhas travadas nessa guerra no Alentejo; uma apologia de Francisco de Albuquerque, governador da Índia; e, a terminar, explica-se que escreveu «uma história da cidade de Lisboa recheada de fábulas e invenções».

Trata-se, afinal, de um personagem curioso, a merecer que sobre ele se procurem mais elementos biográficos, a fim de melhor se entenderem «fábulas e invenções». É, porém, tarefa a que, de momento, não poderei meter ombros – outros, aliás, melhor que eu o poderão fazer ou já fizeram. Não deixa, contudo, de ser curioso que seja precisamente devido a essa história «recheada de fábulas e invenções» que Luís Marinho de Azevedo hoje é citado.

Quanto ao livro que tenho, trata-se de uma reimpressão, como expressamente se indica nas licenças do Santo Ofício (29.5.1753), do ordinário (30.5.1753) e do Paço (4.6.1753) e como Manuel Monteiro de Campos a afirma logo a abrir o volume, dirigindo-se a el-rei, a cuja acção mecénica recorre – «devo buscar a real e soberana protecção de Vossa Majestade (...) pois (...) só da obra deste livro pode ser legítimo Mecenas a grandeza de Vossa Majestade a quem o dedico» – apontando como objectivo: «em acção de perpetuar a memória da fundação de Lisboa e várias antiguidades de Portugal nesta reimpressão».

No «Prólogo ao Leitor», explicita Luís Marinho de Azevedo que se inspirou em Damião de Góis e no já citado Luís Mendes de Vasconcelos; proclama ter sido o «amor da pátria» que o levou a «tão árdua empresa», designadamente para não ficar atrás dos estrangeiros que haviam escrito «excelências das suas» (e cita especialmente cidades espanholas), tendo deixado Lisboa sepultada «no abismo do esquecimento». Daí que, vencendo dificuldades e persuadido pelas razões de «muitos homens doutos deste Reino e fora dele», pôs mãos à obra, em que gastou quinze anos da sua vida:

«(...) Me convenceram a prosseguir esta empresa quinze anos, que nela trabalhei, com notável estudo e investigação de documentos, relações e livros, alguns dos quais mandei vir de Itália e Flandres».

Refere também, a dado passo, que o haviam aconselhado a «que imprimisse este livro na língua latina ou castelhana, porque sendo cada uma delas mais geral pudesse comunicar-se com todos, o que não podia ser com a Portuguesa, nunca bem vista nem entendida dos estrangeiros». A sua resposta foi, porém, peremptória:

«Em que me não resolvi, até que, aconselhando-me com alguns homens doutos deste reino, me estranharam querer fazer tal agravo à minha língua materna, quando, na gravidade dos idiomas e dialectos, fazia muitas vantagens a outras».

Aceita que, no final, lhe sejam feitas censuras; não se importa; adverte, todavia, «que, se desde o fim do ano de 1638, em que se deram as licenças para a impressão deste livro até ao presente, tiver saído outro em que se ache alguma das cousas que escrevemos neste, entenda que a invenção foi nossa».

Se transcrevo estas passagens faço-o com a finalidade de tentar – com os dados de que ora disponho, e só com esses – concluir que esta é obra a integrar no rol das que foram primordialmente pensadas para trazer a Corte a Lisboa (apesar de a Revolução de 1 de Dezembro de 1640 nos haver brindado já com a recuperação da independência), pois que, se Luís Marinho de Azevedo nesta gastou 15 anos, se em 1645 estava a escrever o cap. III do livro I (p. 12) e a licença de impressão data de 1638, encontramos precisamente na imediata tradição do período atrás referido: os *Diálogos do Sítio de Lisboa* de Luís Mendes de Vasconcelos saem a lume em 1608; o *Livro das Grandezas de Lisboa* de Frei Nicolau de Oliveira em 1620. Coincidem estes elementos com uma referência que lhe faz Leite de Vasconcelos nas *Religiões da Lusitânia*, vol. II (1905), em nota da p. 107, acerca da pedra preciosa chamada *ceraunium*, a que vulgarmente se associa a tradição das ‘pedras de raio’, assunto que, segundo Vasconcelos, Marinho de Azevedo trataria na p. 121 do vol. I. Nada comenta Leite de Vasconcelos a propósito da valia de tais referências e apresenta como data da edição 1652, ano, aliás, da morte do autor, a 25 de Novembro. Terá sido, portanto, a sua última publicação. Sirva-nos também esta referência para confirmar que a reimpressão não segue a mesma paginação, ou seja, que não é facsimilada, pois que o tema dessa «pedra cor de fogo» que «tinha virtude contra a força dos raios» vem, agora, na página 169.

Não serão as obras de L. Mendes de Vasconcelos, de Frei Nicolau de Oliveira e de L. Marinho de Azevedo fontes históricas no sentido próprio do termo. Situam-se num domínio da literatura fantasiosa, ou seja, não

são literatura, não são ficção, não são... História! Mas integram-se numa dada conjuntura histórica, são símbolos perfeitos de uma mentalidade sua contemporânea, vêm na linha directa de um André de Resende e de um Bernardo de Brito. Perpassa pelos seus escritos, como (creio) tive ocasião de demonstrar, toda uma intencionalidade política (a monarquia bipartida peninsular deveria ter Lisboa por capital) e religiosa (a tradicional rivalidade entre Dominicanos e Jesuítas).

A reimpressão em 1753 tem igualmente inteira razão de ser. Estamos em pleno Século das Luzes. A Antiguidade Clássica apresenta-se novamente como modelo (basta folhear a cronologia inserta no vol. IV do já referido *Dicionário de História de Portugal*, v. g., as páginas 716-722); o Latim passa a ser objecto de estudo com diversas gramáticas publicadas (o *Novo Método de Gramática Latina*, de Manuel Monteiro, Lisboa, 1746, por exemplo). E prossegue toda a actividade da Academia Real da História, criada a 8 de Dezembro de 1720 por D. João V. O ambiente era, pois, assaz propício a elucubrações históricas, a demonstrações de erudição, a divagações por um passado glorioso. E o livro de Marinho de Azevedo servia, nesse repasto, bem saborosos pitéus...

A OBRA

Compreender-se-á, desde logo, pelo que fica exposto, que haverá mil e uma formas de analisar a obra de Luís Marinho de Azevedo.

Aliás, logo o «catálogo dos autores que vão alegados no discurso deste livro», que ocupa oito páginas – só de nomes! – a duas colunas, poderia oferecer amplo estudo a quem se interessasse por literatura em geral e em particular, bibliotecas em uso, influências clássicas e modernas... Aí, a par de autores clássicos bem conhecidos como Estrabão, Plínio-o-Moço, Aulo Gélio, Apiano, Heródoto, Cícero, Juvenal; além dos Padres da Igreja; de historiadores peninsulares como o Ambrósio de Morales (1513-1591) das *Antigüedades de las Ciudades de España*, ou Francisco Bermudez de Pedraza, autor do livro *Antigüedades y Excelencias de Granada* (Granada, 1608), que acabo de ver citado por Mauricio Pastor Muñoz (2002, 12), o que me permitiu a sua identificação... que dizer de um Festo Pompeio, que terá escrito *De Verborum Significatione*? Ou de um Fr. Onuphrio Panuinio, autor de comentários acerca da República Romana? Um manancial inesgotável!...

Todavia, para além deste aspecto da formação literária e conseqüente análise textual, há todo um rol de lendas a explorar do ponto de vista histórico-etnológico, os aspectos geográficos, a ideologia política, a mentalidade religiosa, o conceito de História que lhe está subjacente... mesmo que a abordagem se fizesse sempre dentro do prisma que o título deste nosso ensaio deixa antever e propõe: a dicotomia entre o imaginário e o real, entre a elucubração e o rigor.

Aliciante era, desde já, traçar uma panorâmica dos volumes, divididos em breves capítulos, cujo título destrinça bem o que neles se pretende tratar:

- «em que se prova a amenidade dos campos de Lisboa e fértil abundância de frutos e mantimentos dela»;
- «em que se prova que viveu Gerião na Ilha Erythia, que eram os campos de Lisboa, donde Hércules lhos roubou»;
- «em que se confirma ser Chelas Convento de Vestais com uma pedra e outras cousas a este propósito»;

– «de como os cidadãos dos municípios estavam agregados à tribo Galéria de Roma, como estavam os de Lisboa, o que se prova com algumas pedras de tempo de Romanos»...

Resisto à tentação, embora me permita quatro incursões, mais ou menos ao acaso, antes de exemplificar, com mais detença, a questão da imaginação e do rigor no que aos documentos epigráficos diz respeito. Elas nos permitirão, quiçá, ficar com uma ideia mais exacta a propósito do valor historiográfico do livro que ora nos ocupa.

QUATRO INCURSÕES

1 – Ebuobrittium

Logrou José Beleza Moreira identificar, numa encosta sobranceira a Óbidos, por ocasião das sondagens preliminares ao traçado da auto-estrada, a cidade de *Ebuobrittium*, pondo assim termo às conjecturas feitas ao longo dos tempos acerca da sua eventual localização. Registe-se, a título de exemplo, que, ainda em 1974, Jorge Alarcão opinava, contestando a identificação com Évora de Alcobaça:

«Mais provavelmente, porém, corresponde à povoação de Amoreira de Óbidos. À entrada da povoação existe uma igreja consagrada à Senhora de Abiobriz, na qual foi descoberta uma lápida funerária de Tólio Maximino, duúviro ebuobriciense» (p. 85).

Com base nos trabalhos arqueológicos aí desenvolvidos, defendeu J. Beleza Moreira dissertação de mestrado na Faculdade de Letras de Coimbra, que em breve teremos disponível em letra de forma; sobre a importância de algumas das suas epígrafes já tivemos ambas ocasiões de chamar a atenção no Congresso do Bombarral, em Novembro de 2001, onde declaramos, a dado passo:

«Não admira, por conseguinte, que a cidade de *Ebuobrittium*, junto a Óbidos, pela sua posição privilegiada ao fundo de uma lagoa que, ao tempo dos Romanos, teria fácil ligação ao oceano e excelente porto para a navegação de cabotagem, detivesse relevante papel na economia regional – e disso são significativo reflexo algumas das suas epígrafes».

Pois essa importância de que ora se toma consciência mais perfeita está documentada não apenas por os Ebuobricienses se integrarem no suposto rol de povos que edificaram o templo ao Sol e à Lua, de que se falará de seguida, como pela seguinte passagem aduzida por Luís Marinho de Azevedo:

«Bem entendeu Décio Júnio Bruto qual era a última terra do Mundo, porque, sendo enviado pelo Senado romano, com exército consular, a pacificar as rebeliões de Lusitânia, aos 136 anos antes do nascimento de Cristo, relata dele Fr. Bernardo de Brito que conquistou a cidade Ebuobricio, situada nos coutos de Alcobaça; e, no lugar da batalha que venceu, fundou templo ao Deus Neptuno, em cumprimento de voto que lhe tinha feito. De cujas ruínas se fundou a ermida de S. Gião, na qual se acha a memória da dedicação que Bruto fez, em que se contêm as seguintes letras» (p. 79).

Dá-se o presumível texto em latim, com suas siglas e abreviaturas, como é da praxe, e traduz-se:

«Memória consagrada a Neptuno. Este templo dedicou o cônsul Décio Júnio Bruto, por haver acabado felizmente a guerra contra os Ebuobricenses e aldeãos que os socorreram, guardando seus soldados nesta última região da terra».

O texto serve um intuito geográfico, é seguramente forjado (por não obedecer minimamente às regras epigráficas), mas demonstra, sem dúvida, um elemento a provar que... «não há fumo sem fogo», como atrás escrevíamos. Certo é que Frei Bernardo de Brito, historiador de Alcobça, queria chamar aos seus «coutos» a ocorrência de factos ilustres – neste caso não tão digno de memória como isso, pois que de uma derrota se tratava... A menção de *Eburobritium* prova, no entanto, como, independentemente ou não da existência visível de vestígios arqueológicos, houve toda uma tradição que se manteve acerca da importância do local. Tradição que, porém, nunca parece ter sido tomada muito a sério. Na verdade, a campanha de Décimo Júnio Bruto mereceu a Jorge Alarcão duas páginas (1974, 35-37), onde Eburobrício não é trazida à colação, o mesmo acontecendo em 1988 (p. 22-23), em que se assinala, contudo, o não se ter ainda logrado «localizar uma cidade que parece ter sido fundação sua – *Brutobriga* –, cidade que cunhou moeda desde 133 a. C.». Em 1990, algo de novo é apontado por aquele historiador, pois que atribui a Bruto o início de «uma nova estratégia, orientada agora não directamente contra os Lusitanos, mas contra os povos da fachada atlântica», admitindo que Brutobriga («ainda não localizada») se situe no «curso inferior do Tejo» (p. 348).

Carlos Fabião, por seu turno, ao historiar a mesma campanha (in MATTOSO 1993, 217-218), esclarece, sem entrar em pormenores:

«Os arqueólogos têm procurado sem grandes resultados descobrir os vestígios deixados pela campanha do “Galaico”» (p. 218).

Ora talvez também aqui, um dia, a imaginação possa vir em auxílio do rigor!

2 – O templo ao Sol e à Lua

Tece José Cardim Ribeiro, no catálogo da exposição sobre as religiões da Lusitânia (2002), oportunas considerações acerca da existência, numa plataforma sobranceira à foz da Ribeira de Colares, do celebrado santuário dedicado ao Sol e à Lua, para cuja fundação propõe a data provável de 148, «ocasião em que se comemoraram os 900 anos da fundação de Roma», tendo-se seguido à sua decadência «após o imperialato de Caracala», o «abandono no segundo quartel do século III, em período indeterminado». E opina, a concluir, que «apenas a redescoberta do santuário e a sua escavação e análise metódicas» «permitirão, um dia – que auguramos não longínquo –, responder objectivamente» às questões que o tema levanta.

Aí vem citado Luís Marinho de Azevedo. E valerá a pena dizermos o que nele se considera, com base (apenas) nos escritos de Resende e Bernardo de Brito.

Explicita-se, primeiro, a razão geográfica:

«Agora acabo de entender que, agradecidos os Lusitanos antigos e nossos Lisbonenses, aos benefícios que desses luminosos planetas [*sic*] recebiam – já fazendo-lhes os ares mais puros com luz que lhe comunicavam, já descansando do curso do dia e noite em seus mares; já sustentando-se de seus vapores – os quiseram ter mais propícios, edificando-lhes templo, onde, com sacrifícios consagrados à sua eternidade, perpetuassem a memória do reconhecimento devido a mercês tão soberanas. Esteve este templo (como escrevem Resende e Fr. Bernardo) nas vertentes da serra que faz nosso promontório olisiponense pela parte que se lança no oceano e dele estão algumas ruínas entre as areias da praia».

Dá conta, em seguida, da explicação apresentada por Bernardo de Brito: Santarém pediu autorização ao imperador Augusto para erguer um templo em sua honra; o imperador concedeu-lha; os cidadãos de Lisboa

não quiseram ficar atrás, mas o imperador a eles não deixou. Por isso, «em lugar da dedicação que lhe queriam fazer», optaram por levantar o templo ao Sol e à Lua. Prova disso é uma inscrição que Frei Bernardo de Brito transcreve na íntegra, no que Luís Marinho de Azevedo mostra alguma perplexidade, uma vez que «escrevendo André de Resende muito antes, confessa achar no mesmo sítio um cipo tão gastado do tempo e continuação das ondas do mar que apenas se conheciam quatro letras em cada regra, pelo que não pôde conjecturar delas cousa considerável» (p. 85).

Transcreve, porém, a inscrição (p. 86). Nela se explicita que foi o legado da Lusitânia Cesto Acídio que tomou a seu cargo o empreendimento e que nele financeiramente participaram:

- o município de Lisboa (*municipium Ulixbonensis*);
- o município de Alcácer do Sal (*municipium Salaciensis*);
- o município de Santarém (*municipium Scalabiensis*);
- o *oppidum Hierabricense*, que Azevedo diz ser o «lugar de Povos ou Alenquer (como querem outros)»;
- o *oppidum Tubucci*, Abrantes;
- o *oppidum Eburobricense*, «lugar de Eburobrício (que Vasconcelos diz ser Évora de Alcobaça e Fr. Bernardo Alfeizerão)».

Para o tema que particularmente nos interessa, assinale-se que não hesita Luís Marinho de Azevedo em afirmar: «Tem esta pedra algumas contrariedades que fazem suspeito o prontuário de Fr. Bernardo».

E aponta-as claramente, numa demonstração inequívoca que também ele sabe discernir a imaginação do rigor.

Assim, como é que se compreende que André de Resende haja visto «a pedra tão gastada que não pôde ler nela palavra que fizesse sentido e Fr. Bernardo a traz depois sem danificação, sendo que, por ter tanta leitura, é cousa mui considerável»? (p. 86-87).

Em segundo lugar, Santarém não é município, é colónia.

Finalmente, por que razão Augusto não queria templo em sua honra em Lisboa, quando se sabe que a outras cidades concedia, sem mais, tal pretensão?

E cita, de seguida, outra inscrição com menos texto mas idêntico e logo Marinho de Azevedo adverte:

«Se a primeira pedra que traz Fr. Bernardo não tivera tantas letras, pudéramos cuidar que era esta segunda, pois ambas fazem menção de Cesto Acídio, legado de Augusto e propretor da Lusitânia».

Contudo, apesar desta oportuna observação, argumenta que na primeira o legado estaria «para autorizar o voto com sua assistência e nesta segunda ocasião o faria por devoção ou voto particular» (p. 88).

3 – Gérion

Nada parece ter escapado à erudição de Luís Marinho de Azevedo. Daí que, no capítulo XXXVIII do Livro I (p. 155-160), se proponha explicar «donde foi natural Gerião, com tudo o que sua história tem de verdadeira ou fabulosa», prosseguindo, no capítulo seguinte (p. 161-165), com provas de «que viveu Gerião na Ilha Erythia, que eram os campos de Lisboa, donde Hércules lhos roubou», para concluir, no capítulo seguinte (p. 165-169), com que fecha o Livro I, de que eram os gados a riqueza de Gerião e que ele os trazia a pasto nos campos olisiponenses.

Este é um dos exemplos – dos muitos que se poderiam aduzir – em que uma narrativa totalmente mitológica é pelo autor colocada em nosso território, para realçar a sua importância:

«Isto se deve entender dos gados dos termos de Lisboa (...): quando pastam os restolhos, sendo então mais gordos, saborosas as carnes e de maior nutrimento as natas, queijos e leite, que delas se fazem; pelo que devemos presumir que nestes campos trazia Gerião os gados» (p. 168).

Dir-se-ia sem interesse esta incursão mitológica. Sê-lo-á apenas a uma primeira vista, pois o mito tem hoje os seus ‘prolongamentos’. Não se desconhecerá, por certo, que a Universidade Complutense de Madrid iniciou, em 1983, a publicação de uma revista sobre História Antiga a que deu precisamente o nome de *Gerion*, com o objectivo – como expressamente se assinala na apresentação – de «integrarse en el mundo científico más allá de los límites de la Historia Regional, y que pretende ser vehículo de ideas más allá de los límites nacionales y de los que impone una lengua, abierta a todos los investigadores y tendencias, sin otra limitación que la más alta exigencia de calidad a la que cada día seamos capaces de llegar».

E logo o primeiro artigo da revista (p. 11-38), da autoria de J. M. Blázquez Martínez, se intitula «Gerión y otros mitos griegos en Occidente» e começa assim:

«La leyenda de Gerión, con el que Heracles luchó y le arrebató sus bueyes, fue situada en diferentes lugares del mundo conocido por los griegos, e entre ellos en la Península Ibérica, y más concretamente en las proximidades de Cádiz o en la misma ciudad».

Depois de analisar miudamente a lenda – tal como Luís Marinho de Azevedo havia feito – Blázquez Martínez acaba por referir que terá sido «provavelmente a riqueza pecuária do Sul da Hispânia que influenciou, de certo modo, a localização aí do roubo das manadas de touros», o que já Estrabão dera a entender (p. 38).

Bastaria esta anotação para mostrar como, afinal, não será assim tão despicienda a obra de Marinho de Azevedo, mesmo no âmbito da investigação séria, em pleno dealbar do III milénio.

Mas há mais!

Luis A. García Moreno, ao pensar no título a dar a uma colectânea de trabalhos seus, não hesitou em chamar-lhe *De Gerión a César (Estudios históricos y filológicos de la España indígena y Romano-republicana)* (Universidad de Alcalá, 2001) e nela inclui o artigo «El mito de Gerión – Una nueva hipótesis de su origen a la manera de Sir James» (p. 41-47), em que, com base em critérios filológicos, acaba por considerar a possibilidade de Gerião ter mesmo existido, como rei de Tartessos, «ubicada en el mediodía oceánico hispano» (p. 46). Afinal, Marinho de Azevedo era até capaz de ter razão!...

Finalmente, a actualidade desta pesquisa está bem patente no facto de a Casa de Velázquez, com apresentação de Joaquín Gómez-Pantoja, ter dado à estampa (Madrid, 2001) o volume de actas *Los Rebaños de Gerión – Pastores y Trashumancia en Iberia Antigua y Medieval*.

4 – A ponte de Alcântara

Como não poderia deixar de ser, Luís Marinho de Azevedo dedica ao rio Tejo as mais honrosas referências, nos capítulos XXI e XXII do Livro II. Não nos perderemos na análise filológica do hidrónimo, que poderia merecer alguma atenção, para apenas transcrevermos esta passagem:

«Entra em Portugal por Alcântara (que muitos querem seja a *Norba Caesarea* de Ptolomeu), vocábulo que, em língua arábica, quer dizer ponte, a qual tomou este nome da famosa, que a enobrece, obra antiquíssima de tempo dos Romanos, que excede na perfeição de arquitectura a todas as de Hispânia, para cuja fábrica contribuíram alguns povos de Lusitânia, como parece das inscrições quē nela se conservam» (p. 79).

Será, no mínimo, curioso cotejar esta passagem com o que Vasco Mantas recentemente escreveu (2002, 117-119):

«(...) É, talvez, a mais impressionante das pontes romanas que se conservaram sem demasiadas reconstruções. Pela sua extraordinária monumentalidade tem estimulado a imaginação ao longo dos tempos e não faltam testemunhos de admiração, como o de Edrisi, que a considerava uma das maravilhas do mundo».

Apresentando sobre o monumento pormenorizada bibliografia, alude V. Mantas ao conteúdo e veracidade das inscrições, à autenticidade romana do templete (em seu entender) e aos problemas concretos de conservação das estruturas que poderão advir da entrada em funcionamento de uma nova barragem.

Como se vê, também aqui Marinho de Azevedo mantém actualidade.

O VALOR PROBATÓRIO DOS MONUMENTOS EPIGRÁFICOS

Sirvam-nos os capítulos IV e V do Livro III para ficarmos elucidados a propósito do valor e do mérito do autor em matéria tão importante como a dos monumentos epigráficos. Ou, dizendo doutra forma, se o poderemos utilizar – e com que cautelas – como fonte para os estudos da epigrafia romana do *ager Olisiponensis*.

Inicia-se o capítulo IV com esta informação:

«As cidades a que o Senado concedia privilégios de municípios de cidadãos romanos haviam seus moradores de estar unidos e contados em uma das trinta e seis tribos (outros dizem que vinte e cinco) em que a cidade de Roma estava distribuída, à maneira das nossas freguesias, cujo primeiro instituidor foi Rómulo, para que nelas se fizessem os sacrificios. [...] E ainda que um homem fosse lusitano ou de qualquer outra nação, dizendo ser de uma destas tribos era o mesmo que cidadão romano» (p. 13).

Inteiramente correcta esta afirmação. E continua Marinho de Azevedo, com justeza plena:

«O fundamento que achamos para dizer que os de Lisboa estavam incorporados na tribo Galéria são algumas pedras de tempo de Romanos nas quais se faz menção da tribo Galéria com as letras GAL, que é abreviatura do mesmo nome, e em cuja interpretação se enganou conhecidamente Fr. Bernardo de Brito, porque não se hão-de atribuir (como ele quer) à geração dos Galérios, senão à tribo Galéria» (p. 13).

Não se trata, porém, de ‘algumas’ mas de muitas pedras com essa informação: «(...) e acharem-se tantas pedras que o confirmam» (*ibidem*).

É sobre esse rol que ora nos vamos debruçar.

A primeira inscrição aduzida «está na parede da escada dos paços do castelo, da banda direita» «e tem as seguintes letras que há pouco se caíram»:

Q. HIRRIUS
M. F. GAL. MA.
TERNUS. H. S. E.

Não nos espante a grafia de U por V nem os pontos ao nível da linha, inclusive no final da l. 2 e da l. 3, quando tal não é comum. Trata-se, naturalmente, de um processo para melhor se compreenderem os nomes grafados e, quanto ao ponto, de uma questão gráfica: não se entendera ainda a importância de o ponto estar a meio da linha, como forma (inclusive) de se ajuizar da originalidade da inscrição.

Luís Marinho de Azevedo dá do texto uma boa tradução e Emílio Hübner aceitou, sem mais, este monumento como autêntico (CIL II 217 = ILER 5176 e 6170), pois nada havia nele que pudesse levantar suspeita. Talvez o gentílico *Hirrius* parecesse fora do comum. E é. Contudo, só no contexto da Península Ibérica, a darmos crédito ao levantamento efectuado por Juan Manuel Abascal (1994, 150), já se conhecem mais três testemunhos epigráficos.

Continuando a dar exemplos de textos em que surge a tribo Galéria, apresenta o autor logo de seguida uma outra, que «está na parede do quintal da sacristia do Mosteiro de Chelas; mas já tão gastada que haverá trinta e três anos, quando foi descoberta, se não puderam ler mais que estas letras:

[...] F. GAL. [...]
[...] A. Q. [...] FI [...]
I. S.

Somente se colige desta pedra que era sepulcral e da tribo Galéria o que nela estava sepultado» (p. 13-14).

Merece um comentário este apontamento. Primeiro, o seu carácter despretensioso: são poucas as letras, as bastantes porém para demonstrar o que se pretende e nada mais interessa. Depois, uma chamada de atenção para eventuais obras no sítio: pode acontecer que a pedra ainda esteja por lá. De resto, sublinhe-se o pormenor com que habitualmente Luís Marinho de Azevedo informa do contexto em que as pedras se encontram. É isso, por exemplo, o que também se passa com o letreiro apresentado a seguir:

«Detrás da igreja de São Tiago, junto à porta das casas de D. Pedro Fernandes de Castro está uma grande pedra de mármore vermelho jaspeado, a qual foi memória pública; e conserva ainda todas as letras inteiras» (p. 14):

D. D.
L. CANTIO . L. F.
GAL. MARIN
EDILI.
VIBIA MAXIMA
AVIA ET
MARIA. PROCVL.
MATER HONOR.
CONTENTÆ
D. S. P.

As letras em itálico significam que se trata de reconstituições, não se veriam já muito bem na pedra. Foi esta inscrição incluída por Hübner no CIL II, sob o nº 193 (= ILER 5547), considerando que, na l. 1, estaria a invocação aos deuses Manes, típica dos textos funerários. Acontece, no entanto, que – como o próprio Luís Marinho de Azevedo explicita – se não trata de epitáfio mas sim de «memória pública». Estaríamos, assim, em presença de um cipo honorífico destinado a ser colocado no fórum, tanto mais que o homenageado, Lúcio Câncio Marino, foi edil. Não é nada hábito, de facto, que a fórmula D(*creto*) D(*ecurionum*) venha no início; neste caso, o local próprio seria após a menção do cargo ocupado, EDILI; contudo, apesar disso, afigura-se-me mais lógica essa interpretação que um forçado D. M. S., pois que se trata, na verdade, duma homenagem pública de que avó (*Vibia Maxima*) e mãe (*Maria Procula*), *honore contentae*, isto é, satisfeitas com a honra outorgada, decidiram assumir as despesas (*de suo posuerunt*). E fica salientado o papel da mulher neste tipo de iniciativas (cf. Fernandes 1998-1999, 170-171).

A interpretação dada pelo autor está, no geral, correcta; oportuna a alusão ao facto de que sem a intervenção expressa dos decuriones «se não podiam levantar memórias públicas a pessoa particular»; a edilidade a que se reporta o texto não é, porém, a edilidade dos senadores mas sim a municipal, embora o autor explique bem e pitorescamente que «correspondia o seu exercício em parte ao de nossos almotacés, palavra arábia que significa o que tem mando sobre pesos e medidas, para que distribua o que a cada um toca sem fraude nem engano do comprador» (p. 15). Já não chegaram os seus conhecimentos para intuir que *avia* não era antropónimo mas a indicação do grau de parentesco: avó.

No comentário ao texto, não quis Marinho de Azevedo deixar passar a oportunidade de explicar que «com esta pedra se confirma ser o apelido *Marino* [donde o seu nome derivava – isto não o diz, mas nós intuímos-lo...] antiquíssimo, pois se acha também em outras do mesmo tempo, uma das quais partida, que parece foi coluna e epitáfio de sepultura: está no jardim de D. Maria da Silva, junto à igreja dos Anjos desta cidade, em que se lêem todas estas letras» (p. 15).

«Uma das quais partida, que parece foi coluna e epitáfio de sepultura», escreve Luís Marinho de Azevedo, sem se aperceber muito bem do alcance do que diz. É que, na verdade, não se trata de um só texto, mas de dois: o epitáfio de *Cornelia Gamice*, de 25 anos, e de seu irmão *Cornelius Victorinus*, de 15; e a memória erguida pelos herdeiros, em virtude de disposição testamentária, a Marco Aurélio Marino:

M. AVRELIO. M. F. GAL.
MARINO.
HEREDES EX TESTAMENTO

Levy Jordão, por exemplo, irá copiar tal e qual (1859, 202, nº 453), não se apercebendo que, mais adiante (p. 243, nº 565), repete, isolada, a inscrição de Marino (CIL II 203 = ILER 3746). Segundo os dados de que dispomos, o primeiro a referir-se ao epitáfio dos dois irmãos foi o autor do manuscrito da Biblioteca de Nápoles, conhecido por *Anonymus Neapolitanus* (que José Cardim Ribeiro considera ser Francisco de Holanda). Como relata uma viagem feita pelos arredores de Lisboa, desde a capital até Sintra, passando por Oeiras e Cascais, Justino Mendes de Almeida e F. Bandeira Ferreira consideram muito viável a hipótese de este monumento ter sido encontrado numa quinta em Caparide, pertença dos Pombeiros (cuja família ainda hoje está muito ligada a Cascais), donde veio para Lisboa, como aconteceu com outros monumentos de

Cascais (cf. Encarnação 2001, 61-63). Por isso a incluí no *corpus* das inscrições cascalenses (Encarnação 2001, 43-44). Como, porém, não tivera acesso ao livro de Luís Marinho de Azevedo, considerei, em nota (*ibidem*, p. 43), que pertencera a Levy Jordão essa ‘inadvertência’ de juntar na mesma duas epígrafes diferentes; afinal, a ‘confusão’ pode ter partido do próprio Luís Marinho de Azevedo. Esclarece, por seu turno, Maria da Luz Mouta (1958, 76):

«Castilho e outros referem-se ao documento como se ele fosse constituído por uma só lápide. Mas o arqueólogo Vieira da Silva, na sua *Epigrafia de Oisipo*, conclui que se trata de duas peças completamente distintas».

Já Hübner, porém, as apresentara distintas, como se sabe: CIL II 211 (= ILER 4741) e CIL II 203 (= ILER 3746).

Há, ainda, outras observações a fazer, no que concerne ao texto. É que, se a grafia ERATRI por FRATRI se poderia levar à conta de gralha tipográfica, como noutros casos acontece, o mesmo se não poderá dizer da idade de *Cornelius Victorinus*, que vem aqui claramente indicada: XV. Optei pela versão do *Anonymus Neapolitanus* e indiquei XXX. Fica a dúvida, mormente porque outras anomalias se verificam, como já foi salientado: a ausência do dedicante, porque FRATRI e SORORI são dativos; a fórmula H. S. E. no singular, quando os defuntos são dois e Luís Marinho de Azevedo traz bem: H. S. S. Por outro lado, vem omitido aqui o *praenomen* de *Victorinus*, que muito provavelmente estaria na lápide e que outras versões apresentam: *L(ucius)*.

Aguardemos, pois, que, um dia destes, ao visitar-se com mais atenção o sítio, aos Anjos, onde estaria a casa que foi de D. Pedro de Castelo Branco, senhor de Pombeiro, se nos deparem, como ornamento do jardim, as duas pedras aí eventualmente guardadas desde, pelo menos, o século XVI – como já sucedeu com a inscrição de Cascais aí detectada pelo Doutor Vítor Serrão, pois que é esse o palácio onde hoje funciona a embaixada de Itália (cf. ENCARNAÇÃO 2001, 61-63).

Escreve Luís Marinho de Azevedo: «que parece foi coluna e epitáfio de sepultura». Não gostaria de forçar argumentos; contudo, afigura-se-me que a frase, como está redigida, nos poderá trazer uma outra indicação: porque não ler exactamente o que está escrito, ou seja: «coluna» e «epitáfio»? É que, neste caso, teríamos o ‘epitáfio’ dos irmãos e a outra inscrição, a de *Marinus*, estaria numa ‘coluna’, isto é, num cipo prismático, como é habitual em epígrafes olisiponenses. Enfim, uma conjectura mais...

Prosseguindo no seu empenho de dar conta dos testemunhos da tribo Galéria em inscrições romanas olisiponenses, apresenta Luís Marinho de Azevedo uma outra, que vem referida, diz, por André de Resende «nas anotações ao seu poema de S. Vicente», que a «viu no jardim que chamavam d’El-Rei, junto a Santos, que é de D. Francisco de Alencastre» (p. 16). Desconhece-se o seu actual paradeiro.

O texto (= CIL II 254 = ILER 3924) é o seguinte:

L. VALERIVS. GAL.
SEVERVS. AN. L.
H. S. E. S. T. T. L. FILI
PATRIP. C. ET
Q. SERTORIVS
CALVVS. ATFINIS.

Tirando a questão dos pontos, já referida, verifica-se apenas uma gralha tipográfica: a ausência de espaço após PATRI, porque se trata da fórmula P. C. (*ponendum curavit*). Quanto à divisão em linhas (que J. Vives, decerto por lapso, traz completamente deformada), esta afigura-se-nos aceitável.

Dá Luís Marinho de Azevedo a versão em português, correcta, traduzindo *atfinis* por «parente», e explica que alegara Resende «esta pedra para provar que muitas vezes os antigos usavam da letra I simplesmente como se foram dois, o que se vê no vocábulo *fili*, que, estando em nominativo, vale por dois o último I». E acrescenta, por distração, porque tal ocorrência aqui se não verifica: «e também na palavra *Valeri* da pedra arriba referida». Esta ocorrência de um só I por dois está, hoje, sobejamente documentada em Epigrafia: cf. CIL II p. 1187-1188, que apresenta dezenas de exemplos.

Há, ainda, dois pormenores a realçar, porquanto mostram o rigor com que esta documentação é observada: «E nesta se deve notar a ortografia de *atfinis*, em que, devendo escrever-se com dois ff, se usa do t em lugar do primeiro, e em Festo Pompério se acham muitos destes exemplos».

Festo Pompério (noutros locais designado por Festo Pompeio) é o tal autor de um tratado sobre o significado das palavras; e o que é curioso aqui é o cuidado posto na explicação. Habitualmente escreve-se *adfinis* para significar o ‘parente por afinidade’, vocábulo, aliás, não muito frequente na linguagem epigráfica: no conjunto do AE de 1961 a 1980, registam-se apenas três exemplos: cf. Lassère 1992, 618. Pode considerar-se, na verdade, a dissimilação t-f; contudo, o mais normal é entendermos o uso do t em vez do d, de que a Epigrafia apresenta inúmeros testemunhos (cf. CIL II p. 1185, onde este caso não vem citado, por Hübner ter considerado como leitura mais correcta *adfinis* – cf. *ibidem*, p. 1200).

O outro pormenor é o seguinte comentário, perfeitamente oportuno, razoável e actual:

«Também se deve notar o chamar-se este homem Sertório, pela memória do outro, que tantas deixou em Évora, e a quem uma traição atalhou os passos porque caminhava a expelir de Espanha os Romanos que em seu domínio se tinham introduzido, e era coisa contingente que este fosse parente do outro e que viesse com ele a esta Província» (p. 16-17).

Trata o capítulo V (p. 17-21) «de outras pedras de cidadãos da tribo Galéria e da geração das Amenas». Resisto à tentação – que é grande – de comentar, uma a uma, as sete lápidas aí referidas, todas elas aceites e publicadas por Hübner, sob os números 252, 327, 212, 317, 219, 318 e 271 (por esta ordem). Limitar-me-ei a alguns comentários que se me afiguram pertinentes, dentro deste prisma que me propus de tratar «da imaginação e do rigor».

Assim, do epitáfio do *Olisiponensis M. Antonius Lupus* (CIL II 327 = ILER 5380) diz que estava «em um caderno de várias antiguidades, que foi do Mestre André de Resende», «cujo treslado tem em seu poder o Licenciado Jorge Cardoso em seus manuscritos» (p. 17). Ora, esta é uma das pedras que subsistem (Fig. 1); guarda-se no Museu Nacional de Arqueologia e a omissão do N que se regista na pedra ou nem se deu por ela ou, tendo-se dado, se levou em conta de lapso e na transcrição se pôs correctamente. Como se sabe, a grafia *-esis* em lugar de *-ensis* é assaz corrente (cf. CIL II p. 1189).

A propósito do epitáfio de CVRIA SEX(ti) F(*ilia*) FVNDANA – em que, certamente por gralha, o nome vem transcrito

CVRIA. SEX. FE
NDANA

– mandado lavar pelo marido *Trebonius Tuscus* e pela mãe *Amoena* (cf. CIL II 212 e p. 692 = ILER 4847), a existência de heras a separar as palavras (as chamadas *hederae distinguentes*, vulgares em monumentos epigráficos) é pretexto para um comentário curioso:

«E se devem notar nesta pedra os dois corações na primeira e última regra, que, conforme o meu juízo, deve ser hieroglífico do grande amor que os pais, mães, filhos e maridos se tinham uns aos outros» (p. 18).

E creio não haver melhor fecho para este brevíssimo relançar de olhos pela densa obra de Luís Marinho de Azevedo, inclusive no que à epigrafia romana lisiponense diz respeito, do que a transcrição do que escreve acerca da que ele considera «a mais célebre de todas as pedras desta qualidade que se acharam nesta cidade» (p. 19):

D. ♡ M.
JULIA. MAX. UNICA
FIL. M. ANN. XXX.
H. S. E.
MAXIMA. MATER.
P. C. M. H. H. N. S.

Para além do texto em si, que já comentaremos, o interessante é a forma minuciosa como o autor descreve as circunstâncias do achado e a invulgar beleza do monumento. Vale a pena ler:

«E a mais célebre [...] foi uma nas casas dos Condes de Portalegre, quando, derribando-se o edifício antigo fabricado sobre os muros da cidade da banda do mar, se achou um cipo com as letras que logo referiremos, lavrado todo em roda de folhagens e, junto a ele, uma urna de vidro grossa quebrada e, entre algumas cinzas e carvões, muitas moedas de ouro e prata de tempo de Romanos, anéis, arrecadas, manilhas e outras jóias também de ouro. Descoberta a urna pelo pedreiro que trabalhava na obra e por um laçao do Conde que assistia a ela e reconhecidas as moedas e peças que havia dentro, se escondeu tudo, de sorte que nada apareceu; antes, desapareceu o laçao e não parou até entre Douro e Minho, donde era natural, e comprou fazenda e gado com que se remediou. A pedra se lançou no alicerce do edifício novo, e tendo dela notícia Valentim de Sá, cosmógrafo-mor que foi de Sua Majestade, como tão curioso, a viu e leu, antes que padecesse tal injúria» (p. 19).

Seria, pois, sepultura de faustoso recheio, ainda que, decerto, as moedas pudessem não ser de ouro mas de bronze; e o epitáfio apresentaria moldura decorada de motivos vegetalistas.

Comentando o texto, explica Luís Marinho de Azevedo que as abreviaturas finais querem dizer que nesta sepultura «se não hão-de enterrar os mais herdeiros», expressão que, embora correcta, é juridicamente «pouco rigorosa», pois que os descendentes também são herdeiros e, aqui, o que se pretende determinar é que desse túmulo se há-de excluir quem for nomeado herdeiro sem ser da família (cf. MARCOS 1990, 172, que expressamente refere este monumento). Trata-se de uma fórmula de tipo jurídico, registada apenas mais duas vezes, que eu saiba, no território nacional, uma das quais num monumento do concelho de Oeiras (cf. ENCARNAÇÃO 2002 – reproduzido nas páginas desta revista).

Acrescenta Luís Marinho de Azevedo que «a palavra ‘única’ se pode tomar em dois sentidos: ou que fora esta defunta única em perfeições e dotes da natureza ou que fora uma só que a mãe parira» (p. 19-20). Trata-se, na verdade, de um adjectivo muito raro em monumentos epigráficos: Hübner, que insere esta inscrição

no CIL II sob o nº 219 (= ILER 3706), não refere mais testemunhos peninsulares; L. Curchin, que estudou os adjectivos mais correntes na epigrafia romana peninsular (1982) e na da *Britannia* (1983), para caracterizar elogiosamente os familiares defuntos, não encontrou nada de semelhante e, aliás, até este exemplo lhe terá escapado, pois que não se lhe refere. Trata-se, na verdade, de um testemunho raríssimo, pelo que me é dado saber; todavia, o pormenorizado contexto em que é apresentada a sua descoberta e a presença do possessivo *mea* – *FIL(ia) M(ea)*, na linha 2 – reforçado pela menção *MATER* por extenso, não havendo no contexto qualquer argumento para, por exemplo, se gabar a cidade ou as suas gentes, pois que tudo se passa a nível pessoal, serão razões para que se não lance sobre o monumento a suspeita de haver sido forjado.

CONCLUSÃO

Teria sido de bom tom que, numa revista de Oeiras, houvesse diligenciado no sentido de captar na obra de Luís Marinho de Azevedo referências expressas ao território oeirense. Há-as, de facto, no que concerne a aspectos da costa e, sobretudo, no encómio que se faz às «quintas de prazer e recreação» e do que «em algumas delas» existe: «edifícios, pinturas, arquitecturas tão magníficas que custaram mais de doze mil cruzados e é uma das superfluidades que os estrangeiros nos notam, pois havendo muitos moradores que em Lisboa não têm casa própria em que vivam, as têm nas quintas tão grandiosas, servindo-se delas a maior parte do ano os caseiros que as guardam» (p. 106). E, mais adiante:

«As murtas e tomilhos contrafazem naus, galés, gigantes, serpes e outros animais. Os sátiros, faunos, ninfas, tritões e sereias ministram águas puras e cristalinas aos tanques a que servem de fontes, abortando chuvas e rocios do Inverno. Aqui se disfarçam as penhas e rocas marítimas e os búzios, porcelanas, nácares, caracóis, caramujos e diferentes pedras formam embrechados de labores e debuxos em que a arte vencera a matéria, ainda que fora de ouro» (p. 106).

E logo se pensa em Oeiras e suas quintas.

Embrenhei-me, todavia, por outros jardins, travei conversa com outros deleites. Daí resultou o conhecimento de um Luís Marinho de Azevedo culto, erudito, que sabe balancear-se entre o imaginário e o real, duvidando no momento certo, criticando sempre que necessário. Discípulo, como não podia deixar de ser de um André de Resende e de Bernardo de Brito, certamente os grandes mentores daquela época; ciente da necessidade que ainda tinha de enobrecer Lisboa e, por meio dela, Portugal através da cultura e dum Passado glorioso, num momento em que, pelas armas, procurávamos manter escorraçado o inimigo que nos quisera aniquilar e, afinal, nem cidades tão famosas e tão dilectas dos deuses ousava apresentar...

Um Luís Marinho de Azevedo que tem plena consciência da importância dos monumentos epigráficos como inigualável fonte histórica singular. E foi aceite como autêntico quase na totalidade o rol das epígrafes que apresenta, ainda que hoje desaparecidas. Será ele, por seu turno, uma fonte histórica fiável? Não creio que, ao meter ombros à tarefa, tivesse sido essa a sua intenção, ser fonte histórica para os vindouros. Mas escreveu numa época, segundo os cânones nessa época vigentes, lançando mão dos documentos então considerados válidos, sobre eles discorrendo e dando seu parecer. Claro que, no que às epígrafes romanas diz respeito, nem sempre logrou ser rigoroso nas transcrições nem os tipógrafos da edição que seguiu fizeram

sempre obra ‘asseada’. Há, aqui e além, um ED que era ET, uma JULIA que era IVLIA, uma FITIAE em vez de FILIAE, uma TERENCEIA que dá mais ‘jeito’ que a latina TERENCEIA... Esses são, porém, os sinais. E esses há que auscultar – para nos apercebermos de como e porquê, também então, se partiu à descoberta do longínquo Passado romano. E não só.

BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL PALAZÓN (Juan Manuel), *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania*, Múrcia, 1994.
- AE = *L'Année Épigraphique*, Paris.
- ALARCÃO (Jorge), *Portugal Romano*, Editorial Verbo, Lisboa, 1974.
- ALARCÃO (Jorge de), *O Domínio Romano em Portugal*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1988.
- ALARCÃO (Jorge de) [coord.], *Portugal das Origens à Romanização*, vol. I da *Nova História de Portugal* dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Editorial Presença, Lisboa, 1990.
- BRITO (Frei Bernardo), *Monarquia Lusitana...*, Lisboa, 1ª edição I 1597 II 1609; 2ª edição: I e II 1690.
- CIL II = HÜBNER (Emílio), *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Berlim, 1869 e 1892 (suplem^o).
- CURCHIN (Leonard), «Familial Epithets in the Epigraphy of Roman Spain», *Mélanges Étienne Gareau = Cahiers des Études Anciennes* 14 1982 179-182.
- CURCHIN (Leonard), «Familial Epithets in the Epigraphy of Roman Britain», *Britannia* 14 1983 255-256.
- ENCARNAÇÃO (José d'), «Os Diálogos do Sítio de Lisboa de Luís Mendes de Vasconcelos», *Olisipo* 125-126 (Jan-Jun 1969) 37-51.
- ENCARNAÇÃO (José d'), «Um elogio político: Cascais visto por Frei Nicolau de Oliveira», *Arquivo de Cascais* 6 1987 85-97.
- ENCARNAÇÃO (José d'), «A colecção epigráfica de Mário Saa no Ervedal», *Humanitas* 47 1995 629-645.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *Estudos sobre Epigrafia*, Coimbra 1998.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *Roteiro Epigráfico Romano de Cascais*, Câmara Municipal de Cascais, 2001.
- ENCARNAÇÃO (José d'), «Túmulo sumptuoso para o aquilifer *Flavius Quadratus* (CIL II 266)», *Aquila Legionis* 2 2002 19-32.
- ENCARNAÇÃO (José d') e MOREIRA (José Beleza), «Epigrafia de *Eburobrittium*», comunicação apresentada no Congresso *A Presença Romana na Região Oeste* (Bombarral, 23 e 24 de Novembro de 2001) – a publicar nas respectivas actas.

- FABIÃO (Carlos): vide MATTOSO.
- FERNANDES (Luís da Silva), «A presença da mulher na epigrafia do *conventus Scallabitanus*», *Portugalia* n. s. XIX-XX 1998-1999 129-228.
- FERNANDES (R. M. Rosado) 1996: vide RESENDE 1996.
- ILER = VIVES (José), *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona, 1971 e 1972.
- JORDÃO (Levy Maria), *Portugalliae Inscriptiones Romanae*, Lisboa, 1859.
- LAPA (Maria Fernanda Moreno), «Descendentes de legionários romanos viveram em Pombal», *Diário de Coimbra* 26-11-1987 p. 2.
- LASSÈRE (Jean-Marie), *Tables Générales de L'Année Épigraphique*, Paris, 1992.
- MANTAS (Vasco Gil), «Arqueologia e História Antiga: dos monumentos aos homens de ontem e de hoje», in ENCARNAÇÃO (José d') [coord.], *As Oficinas da História*, Coimbra, 2002, 103-129.
- MARCOS (Rui M. de F.), «Em torno do *ius sepulchri* romano. Alguns aspectos de epigrafia jurídica», *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra* 63 1987 153-182.
- MATTOSO (José) [dir.], *História de Portugal*, Editorial Estampa, Lisboa. No I volume, *Antes de Portugal*, 1993, Carlos Fabião assina o capítulo «O passado proto-histórico e romano» (p. 76-299).
- MOUTA (Maria da Luz), *Os Anjos – Freguesia de Lisboa*, Lisboa, 1958.
- PASTOR MUÑOZ (Maurício), *Corpus de Inscripciones Latinas de Andalucía. Volumen IV: Granada*, Sevilha, 2002.
- RESENDE (André de), *As Antiguidades da Lusitânia*, F. C. Gulbenkian, Lisboa, 1996. (Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado FERNANDES).
- RIBEIRO (José Cardim), «*Soli Aeterno Lunae*: o santuário», *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, 235-239.
- SAA (Mário), *As Grandes Vias da Lusitânia*, 6 vol., Lisboa, 1956-1967.
- SILVA (Vieira da), *Epigrafia de Olisipo*, Lisboa, 1944.

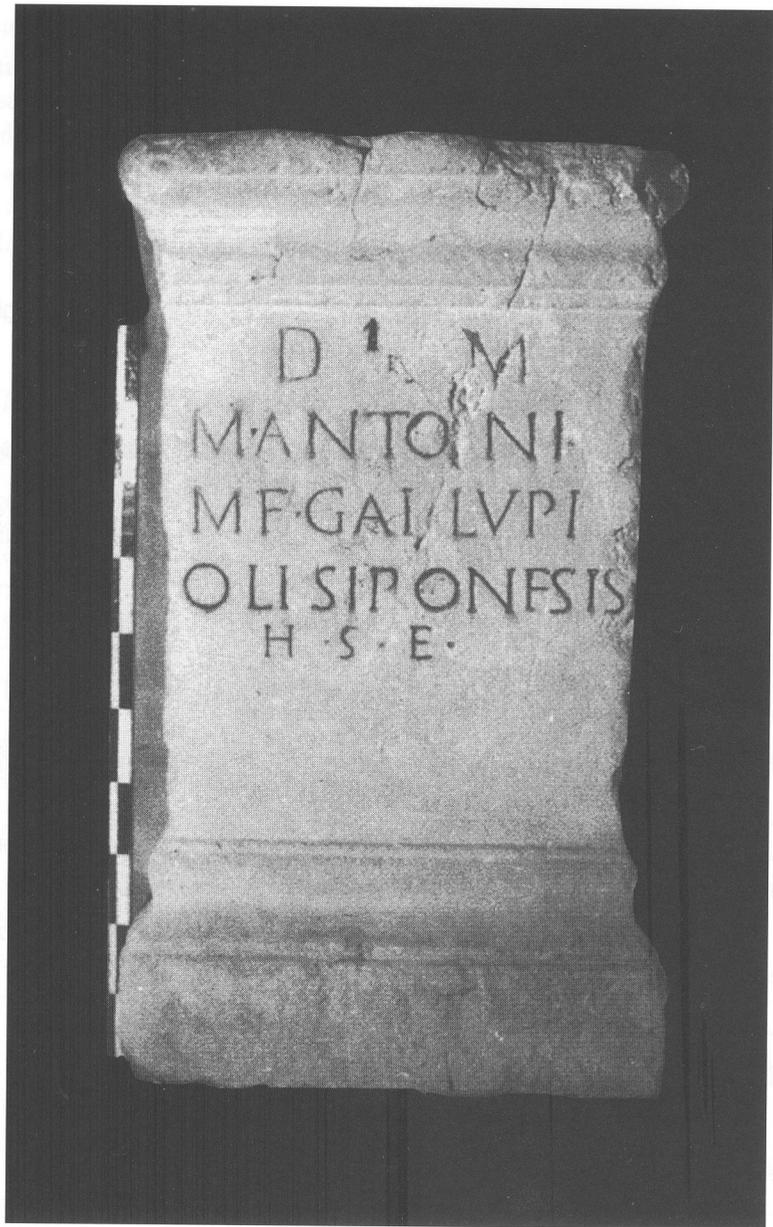


Fig. 1 – Uma das epígrafes aduzidas por Marinho de Azevedo para mostrar que os cidadãos de Lisboa estavam inscritos na tribo Galéria.